

Já bacharel retornou para Cuiabá, onde, após breve exercício da advocacia, abraçou a carreira da magistratura. Em 1903 era Juiz de Direito da Comarca de Santo Antonio do Rio Abaixo. Exerceu o cargo de Juiz de Direito em Cuiabá por vários anos, chegando a Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Como Desembargador veio a se aposentar.

Dada a sua fidelidade partidária ao eminente político cuiabano Pedro Celestino Corrêa da Costa, foi lançado candidato a deputado federal pela Aliança Liberal, sendo eleito com excelente votação. Essa eleição provocou a sua mudança para o Rio de Janeiro, então capital federal. Seu último mandato como deputado federal terminou em dezembro de 1923. Politicamente se pautava pela conciliação, porém nunca lhe faltando o espírito combativo em defesa de suas idéias político-partidárias. Do Rio de Janeiro, a convite do então Presidente do Estado de Santa Catarina, Lauro Müller, mudou-se para Florianópolis para exercer o cargo de Secretário Geral do Governo. Em Santa Catarina permaneceu por 5 anos, até cerca de 1927.

Retornando para Cuiabá, retirou-se da vida pública e assim permaneceu, longe de qualquer atividade social, até o seu falecimento em 1933.

Em 8 de janeiro de 1828, foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso. Sua produção intelectual ficou restrita aos julgados enquanto magistrado e, dos tempos de político, pronunciamentos, moções e projetos de Lei feitos a partir da Câmara dos Deputados. Também militou como jornalista, escrevendo algumas poucas matérias de cunho político partidária em defesa, principalmente, do então chefe político Pedro Celestino Corrêa da Costa.

Muito religioso, faleceu deixando um testamento datado de 8 de agosto de 1933, quando já estava bem doente e imobilizado numa cama. O interessante desse testamento foi a simplicidade com que pediu o seu enterro, sem música, sem pompa, com seu caixão carregado por quatro praças de pré.

Foi casado com Amélia de Cerqueira Caldas, filha do Barão de Diamantino, com quem teve 14 filhos.

JOÃO CUNHA

Lourembergue Alves

João Cunha nasceu em Poconé, a 16 de junho de 1871. Nascera um ano depois do término da guerra contra os guaranis e início de uma Nova era para Mato Grosso. Nova era marcada pela reabertura do rio Paraguai, via fluvial por onde penetraram os investimentos de capital estrangeiro, aplicados nos setores da produção agropecuária e do comércio importador-exportador. Ocorreu, a partir de então, um surto de desenvolvimento econômico da Província mato-grossense, possibilitando a formação de novos grupos políticos dispostos a tomar das mãos das velhas lideranças o poder de mando regional.

Desse modo, o contexto regional caracterizou-se por constantes lutas político-armadas. O advento da República não mudara essa situação conflituosa. Muito pelo contrário. Institucionalizou no Estado de Mato Grosso a violência política. Assim, em nome de uma bandeira partidária ou de princípios políticos, os coronéis oposicionistas mobilizavam suas forças em todo o Estado, objetivando a derrubada do grupo encastelado no poder. Por outro lado, os coronéis da situação reagiam, levantando-se contra aqueles primeiros, com o fim único de manterem para si os cargos e os privilégios que do poder emanam.

Mato Grosso, então, transformava-se em palco de lutas sangrentas e violência política. Tais lutas e violência promoveram, conseqüentemente, a desordem e a insegurança nas terras mato-grossenses.

Em meio a esse cenário de conflitos armadas e insegurança institucionalizada, crescia João Cunha. Tornou-se adulto, abraçado ao jornalismo e à política partidária.

Durante a Primeira República, os jornais eram ligados direta ou indiretamente aos partidos políticos. Muitos órgãos de imprensa tornaram-se porta-vozes das agremiações partidárias.

*Da nossa imprensa política é que se pode principalmente dizer que é um respiradouro por onde os partidos exalam e vertem os seus maus humores [...]*¹

Karl Von Steinnen², assim se referiu à imprensa cuiabana daquela época:

As lutas partidárias desenvolvem-se fortemente na arena pública da imprensa [...] Todos os jornais [...] não traziam em suas páginas mais do que política partidária [...] A briga dos redatores, entre si, ocupavam muito espaço. Com o clássico em torno do orador de estilo elegante e retórico, o adversário audacioso era analisado, atacado e aniquilado. Daí [...] que o pobre do leitor é tomado de arrepios.

João Cunha vivenciou na imprensa períodos angustiosos da agitada política regional. Sem, contudo, intimidar-se. A esse respeito, afirmou Amarílio Novis³:

[...]nunca permitiu que a sua pena fosse temida por peçonhenta ou irrefletida, pois que jamais baixou do campo das idéias, onde, então, enfrentava com elegância o mais destro adversário [...]

¹ citado por BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista. São Paulo: Brasiliense, p. 19.

² JUCÁ, Pedro Rocha. A Imprensa Oficial em Mato Grosso. Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1986, p. 55.

³ REVISTA Comemorativa do Jubileu de Diamante da Academia MatoGrossense de Letras (1921-1996). Cuiabá: Editora da UFMT, 1996, p. 311.

Dedicou-se com entusiasmo ao jornalismo. Fora um profissional exemplar. Emprestou seus serviços a vários periódicos mato-grossenses. Tornando-se, na maioria deles, redator. Foi diretor da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso durante o governo Dom Aquino Corrêa. Neste posto indicou o nome de Filinto Müller para o cargo de revisor do jornal oficial mato-grossense.

*Título de nomeação do cidadão Filinto Müller para exercer o cargo de revisor desta Tipografia Oficial. Ato nº 371. D. Francisco Aquino Corrêa, Bispo de Prusiades e Presidente do Estado de Mato Grosso resolve sob proposta do Senhor Diretor da Tipografia Oficial nomear o cidadão Filinto Müller para exercer o cargo de revisor da mesma tipografia. Cumpra-se e comunique-se. Palácio da Presidência do Estado em Cuiabá, 19 de agosto de 1918. (AA) D. Francisco de Aquino Corrêa, Bispo de Prusiades. Cumpra-se e registre-se. Diretoria da Tipografia Oficial em Cuiabá 20 de agosto de 1918. (AA) João Cunha, Diretor [...]*⁴

Além de redator e diretor da Gazeta Oficial, João Cunha ocupou outros cargos, a saber: Procurador da República, Deputado estadual, Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Secretário da Agricultura e 1º vice-presidente do Estado. Pertenceu também ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Matogrossense de Letras.

Na verdade, João Cunha fizera parte do grupo de intelectuais que fundou essas duas instituições de Mato Grosso.

[...] ensejaram o surgimento de um grupo de intelectuais responsável [...] por estimular estudos e pesquisas sobre a realidade regional.

Foi esse grupo que, em 1919, o grande responsável pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o qual teria como tarefa não somente resgatar e preservar a documentação histórica regional, como, também, promover, no interior da instituição, debates e discussões que fossem capazes de interferir no cenário político-cultural de Mato Grosso.

*Dois anos após a fundação do Instituto Histórico, esse mesmo grupo fundou o Centro Matogrossense de Letras, instituição que, após onze anos, daria nascimento à atual Academia Matogrossense de Letras.*⁵

⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. Ob. cit., p. 117.

⁵ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Os Onze Primeiros, dos 75 Anos de Existência da Academia Matogrossense de Letras: 1921 - 1932. In: Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante - 1921 a 1996. Ob. cit., p. 15.

Os componentes desse grupo foram:

Sócios Fundadores do IHGMT

- 01 Antônio Fernandes de Souza
- 02 Carlos Gomes Borralho
- 03 Emílio Amarante P. de Azevedo
- 04 Estevão de Mendonça
- 05 Francisco de Aquino Corrêa
- 06 João Cunha
- 07 Joaquim Pereira F. Mendes
- 08 José barnabé de mesquita
- 09 Luis da Costa Ribeiro
- 10 Ovídio de Paula Corrêa
- 11 Philogonio de Paula Corrêa
- 12 Virgílio Alves Corrêa Filho

Sócios Fundadores da AML

- 01 D. Francisco de Aquino Corrêa
- 02 José de Mesquita
- 03 Lamartine Ferreira Mendes
- 04 João Barbosa de Faria
- 05 Estevão de Mendonça
- 06 Miguel Carmo de Oliveira Mello
- 07 Carlos Gomes Borralho
- 08 Cesário da Silva Prado
- 09 Philogonio de Paula Corrêa
- 10 João Cunha
- 11 Virgílio Corrêa Filho
- 12 Franklin Cassiano da Silva

Fontes: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso: 1994 -t. CXLI - CXLII, Ano LXVI, p. 201; Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante. Op. cit., p. 15.

Percebe-se, no quadro acima, que João Cunha participou ativamente da vida político-cultural de Mato Grosso. Exercendo com brilho e vigor os cargos que lhe foram destinados.

Nos anos 30, implantou-se no País um Estado Centralizado. Este Estado, valendo-se das chamadas interventorias, encerrou a primeira fase da história republicana, que caracterizou basicamente pela força dos coronéis locais, pelo uso da violência e pela luta armada como mecanismos de obtenção e manutenção do poder de mando.

A primeira investida contra os velhos coronéis ocorreu logo com o primeiro interventor no Estado de Mato Grosso, o coronel do Exército Antônio Mena Gonçalves (3/11/30), cuja atuação atingiu mais duramente alguns dos principais líderes nortistas. Já o segundo momento que caracterizou uma verdadeira demonstração de força do poder central sobre o poder local, foi o desarmamento dos coronéis do Sul do Estado, a partir do ano de 1937.

[...] A humilhação imposta aos coronéis correspondeu à sua identificação e envolvimento direto ou indireto com o banditismo, que as autoridades policiais e governamentais fizeram questão de tornar público, como forma de desmoralização do poder e prestígio de grandes proprietários e chefes políticos locais. Assim, ao passo que usineiros do Norte foram submetidos aos troncos e castigos humilhantes, os coronéis do Sul foram presos como bandoleiros e contraventores .

O Estado Centralizado impusera, portanto, uma nova situação política em Mato Grosso. Decretou à força o desaparecimento dos coronéis políticos e imprimiu uma censura implacável à imprensa local, através do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda). Muitos jornalistas se intimidaram. Recolheram-se à vida particular ou apoiaram o regime ditatorial, por conveniência.

João Cunha não passara por essa situação constrangedora, pois falecera em Cuiabá no ano de 1933. Três dias antes de completar-se sessenta e dois anos de vida (13 de junho de 1933), honrados e em prol da cultura mato-grossense.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BORGES, Vavy P. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JUCÁ, Pedro Rocha. *A Imprensa Oficial em Mato Grosso*. Cuiabá, Imprensa Oficial de Mato Grosso, 1986.

REVISTA Comemorativa do Jubileu de Diamante da Academia Matogrossense de Letras (1921-1996), Cuiabá, Editora da UFMT, 1996.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, (CXLI-CXLII): 201, 1994.

JOÃO MOREIRA DE BARROS

Pedro Rocha Jucá

O historiador João Moreira de Barros nasceu em Cuiabá no dia 3 de março de 1914 e se formou em Direito no Rio de Janeiro. Retornando à sua terra natal, ainda jovem, exerceu a função de Chefe de Polícia do Estado, na administração do Interventor Júlio Strübing Müller. Convidado por amigos, ingressou na política mato-grossense, mas nunca abandonou a sua profissão de advogado. Quando foi nomeado para o cargo de Ministro (hoje Conselheiro) do Tribunal de Contas do Estado, aproveitou a sua experiência jurídica para publicar estudos técnicos ligados ao setor, sempre merecendo o reconhecimento dos seus pares.

Além de ser um dos melhores articulistas da imprensa regional, o acadêmico João Moreira de Barros também se dedicou intensamente à pesquisa da História de Cuiabá. Mas, afirmou em um dos seus livros: *Fique bem claro que não pretendemos escrever História. Não invocamos os ensinamentos de um Carlyle ou um Toynbee;*